



Metendo colheres nas violências às mulheres

Ministrante: Dra. Historiadora Profa. Cláudia Guerra

Local: Planário 5 da Câmara dos Deputados

Realização e apoio: Comissão Temporária Violência Doméstica Contra as Mulheres e Feminicídio

Data: 23 abril 2019

De onde falo?

Pesquisadora e voluntária



• NEGUEM/UFU (desde 1992)



• CMDM (desde 1998)



• SOS Mulher e Família de Uberlândia (desde 1997)

Profissional



• Professora universitária faculdade e em pós IES (desde 1998)

• Ânima – Desenvolvimento Humano (desde 2017)

Familiar



• Família de origem

• Família constituída



. Diagnósticos Brasil:

- **1 feminicídio a cada 90 min.** no Brasil (Violência à mulher/Feminic. no Brasil, IPEA, 2013).
- Diante da afirmação Mulheres que **Usam Roupas que Mostram o Corpo Merecem ser Atacadas, 26% concorda** totalmente ou parcialmente; 3,4% são neutros e 70% discorda parcialmente ou totalmente. E da afirmativa Mulher que é **agredida e continua com o parceiro gosta de apanhar, 65,1% concorda totalmente ou parcialmente**, 1,9% é neutro e 32,4% discorda parcialmente ou totalmente. (Pesquisa IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, item: Tolerância Social à Violência contra Mulheres, realizada em maio/junho 2013, divulgada em março de 2014 e revisada e corrigida abr. 2014. A amostragem foi de **3.810 pessoas, em 212 municípios** do Brasil, sendo 66,5% mulheres e restante de homens e dentre a amostragem 19,1% são idosos(as).
- 179 relatos de agressão/dia, no Brasil (Balanço Ligue 180, Central de Atend. à Mulher, jan a jun. 2015).
- Brasil está em **5º lugar no ranking mundial em assassinatos de mulheres**, sendo a maior parte **negras**. (Mapa da Violência, ONU Mulheres, 2015). Em 2016, metade feminicídios por arma fogo.
- **1 estupro a cada 11 min.** (9º- Anuário Seg. Pública, 2015), **47 mil em 2015, Brasil. Metade das crianças** do mundo sofreu **violência física ou sexual, em 2015** (ONU, 2015). Tb em casa.
- Sobre **estupros**, pesquisa com amostra de **3.625 entrevistas em 217 municípios** no Brasil, com pessoas a partir de 16 anos revela: **33%(1/3) da população considera a vítima culpada. 65% do total das mulheres tem medo de sofrer violência sexual** e no sudeste são 84%. **42% de homens e 32% de mulheres concordam que “mulheres que se dão a respeito não são estupradas”**. 63% das mulheres discordam. **Violências institucionais:** humilhações, julgamento moral, exposição na coleta de provas e escassa formação continuada de profissionais **91% concorda que “temos que ensinar meninos a não estuprarem”**. (Data Folha, 1 a 5 de ago. 2016).
- Dos serviços especializ. de atend. à mulher, há, no Brasil, **apenas 368 DEAMs, num total de 5.565 municípios do país; em Minas Gerais são 46 DEAMs** (SPM-DF, 2015);
- 2017, dos 150 mil registros, foram 5.772 REDES/B.Os Udi (PMMG, 2018). Das 32 tentativas homicídios jan até maio 2018, 7 policiais. Abril, dos 6 tentativas, 2 policiais; maio 2 tentativas e 1

Legislação que respalda ações: Tratados, Declarações, Pactos, Legislação, Planos de Ação e Convenções nacionais e internacionais assinados pelo Brasil, visando a proteção aos Direitos Humanos, igualdade de gênero e a implantação de políticas públicas:

- Conferência Mundial sobre a Mulher (México, 1975); Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher(ONU/1979); Conferência Mundial de Copenhague (1980); Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher-CEDAW(parcial em 1984 e total em 1994) e seu protocolo facultativo (2002); Conferência Mundial Nairobi (1985); Conferência dos Direitos Humanos em Viena (1993), Declaração sobre a Eliminação da Violência contra a Mulher(1993) e IV Conferência Mundial sobre a Mulher/Plataforma de Ação (Beijing, 1995); Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher/Convenção de Belém do Pará (1995).

- Constituição Federal (art.226, §8º-), Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência Contra as Mulheres(2007) e Plano Nacional de Políticas para as Mulheres(2013-2015); Prêmio Pró-Equidade de Gênero, Raça e Etnia da ONU Mulheres ações desde 2011; dos 8 Macro Objetivos do Milênio (2000-2015), dois deles sobre igualdade de gênero; dos 17 Objetivos Desenvolvimento Sustentável (2015-2030), item 5 sobre igualdade de gênero e empoderamento de mulheres e meninas.

- Notificação Compulsória para casos de violências às mulheres atendidas na saúde pública ou privada (2003).

- Lei Maria da Penha (2006), Lei contra o Feminicídio (2015) e Lei contra Divulgação não Autorizada de Intimidade Sexual (2017).

- **Desafios à cultura da paz (lidar com conflitos sem violências) - recomendações:**
 - . Reduzir e romper com inibidores da busca, revitimização, “via crucis”, “rota crítica”, replicação de ações,, retrabalho; “espirais/ciclos” e violências institucionais;
 - . Subnotificação de dados, registros;
 - . Gênero na educação formal e informal;
 - . Efetiva operacionalização Lei Maria da Penha(constituir Juizado Especial em municípios porte médio), do Feminicídio e Contra Divulgação Intimidade e tratados nacionais e internacionais assinados pelo Brasil;
 - . Funcionamento efetivo, claro, com plantão e transparente de Delegacias, Casas Abrigo;
 - . Infraestrutura e formação permanente equipes da rede;
 - . Articulação rede com princípios: vontade política; conexão: quanto maior, mais compacta, integrada, coesa e orgânica; isonomia, sem hierarquia, poder diluído, muitas lideranças; sistema aberto; descentralização, sem centro ou periferia, se interpenetram e se combinam em vários níveis pelos nós; multiplicidade de caminhos; acionar é colocar comunidades em ação, em comunicação; participação voluntária, autonomia e pacto entre autônomos, respeito à diferença, democracia, autogoverno, comunidade de propósitos compartilhados;
 - . Problematizar Movimento “Escola Sem Partido/Sem Ideologia” e distorcida “ideologia de gênero” com retiradas “gênero” e diversidade de planos educação;
 - . Tentativas de restrição aos direitos, ex: trabalhistas, previdenciários, sexuais e reprodutivos como aborto em casos de estupro e colocar as mulheres “no seu devido lugar”;
 - . Botão do pânico: app salve Maria, SOS devem vir acompanhados de aumento do efetivo.
 - . Restrições: perda carteira OAB, deixar de ser funcionário público, pagar pensão por espancamento, acompanhados de políticas públicas eficientes.
- Políticas públicas, projetos de lei de estado laico e não de governo, com continuidade.

- Recursos para ongs com atendimentos interprofissionais e sede própria;
- Suporte para filhos da violência doméstica;
- A.As. E outras políticas para dependência química;
- Definir, se possível e sob qual formato, a destinação de valores arrecadados com penas pecuniárias, TACs para implementação de políticas;
- Formação para reduzir dificuldade de alguns do judiciário reconhecerem qualificadores de feminicídios em situações que envolvem relacionamento extr-conjugal, contexto fático, por ex; e menosprezo à condição de mulher, ex: feminicídio sexual.
- Fortalecer e equipar Defensorias Públicas com recursos humanos e materiais suficientes para atendimento às mulheres, priorizando essa área por meio da criação de Núcleos Especializados de Defesa da Mulher, multidisciplinares(atend psicossocial);
- Políticas públicas para escuta e atendimento interprofissional autores de violências (a ex do faz SOS);
- Formação mulheres para o mercado trabalho com prioridade para vítimas, bem como em creches, casa própria etc;
- Expandirem programas articulação rede para abordagem domiciliar como PAMs. PVDs, PAR, como prioridade e com formação permanente equipes;
- Implementar medidas efetivas para proteção como tornozeleiras eletrônicas, quando ele não fica preso;

Considerações Finais

A cidadania não revogada na porta de casa. Perceber espaços com potência p/ criação de pactos que recriem laços sociais em contexto de diretrizes neoliberais que colocam em xeque direitos humanos, sociais, trabalhistas, com impactos às mulheres que vivem violências

Políticas públicas e educação/cultura: estratégicas p/ minimizar violências e desigualdades de gênero como efeito de práticas cotidianas no formal-institucional e informal-relações familiares

Em meio aos jogos de poder, a análise crítica das representações de gênero e de poder dos sujeitos que vivenciam violências, no convívio conjugal e de profissionais da rede de apoio, com seus significados na e para a (des)construção desses abusos, está relacionada à possibilidade de desenvolvimento humano e de suas “metamorfozes”, ou melhor, à transformação de lagartas em borboletas

[...] o papel do intelectual [...] é [...] reinterrogar as evidências e os postulados, sacudir os hábitos, as maneiras de fazer e de pensar, dissipar as familiaridades aceitas, retomar a medida das regras e das instituições e a partir desta reproblemática [...] participar da formação de uma vontade política (1984). [...] Saber se é possível constituir uma nova política da verdade (1989)

FOUCAULT, 1984, p.83 e 1989, p.14

[...] não consigo compartilhar[...] um mundo intocado pela ideologia, pelos conflitos [...], não perturbado pelas exigências contraditórias e pelas recompensas opressoras do gênero, como o que eu e [...] essas mulheres, experimentamos diariamente.

LAURETIS, 1994, p.231.



guerra.professora@gmail.com



@claudia_c.guerra



@animaeducacaogeneroviolencia

www.sosmulherfamiliauberlandia.org.br

@sosmulherfamiliauberlandia.org.br

(34)3215-7862



Obrigada!

